

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/18/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: DER/RO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 0009.011076/2018-18-DER/RO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO DISTRITO DE UNIÃO BANDEIRANTES, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e dezoito às 12h00min, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone/Fax 0 xx 69 3216-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela Portaria nº. **023/GAB/SUPEL, 09 de fevereiro de 2018**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pelas empresas: **W.C.L DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME e MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP. DA PRIMEIRA RECORRENTE: W.C.L DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME** contradita a decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou do certame em tela em Ata de Reunião para Análise e Julgamento dos Documentos de Habilitação lavrada dia 20.06.2018 por não ter apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante devidamente acompanhado da ART que lhe deu origem por execução de piso intertravado em bloco de concreto, que contraria o que determina a alínea “d” do item 16.4 do Edital, alega em sua peça recursal que a apresentou em seu atestado de capacidade técnica (CALCAMENTO EM BLOQUETE SEXTAVADO 6cm alt.) de características semelhantes ao exigido em edital. **DO PEDIDO** – pede que a comissão reconsidere sua decisão tornando-a apta a prosseguir no certame. **DA SEGUNDA RECORRENTE. MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP** contradita a decisão da comissão que habilitou as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES LTDA EPP e J.C.M NETO CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** que apresentaram Certificado de Registro Cadastral – CRC com data de emissão de 13.06.2018 e 14.06.2018 respectivamente, contrariando o item 13.1 do Edital que prever cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta conforme Art. 22§2º da Lei 8666/93. Questiona o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa **J.C.M NETO CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, que em sua concepção apresenta irregularidades quanto ao tipo da obra (reforma/construção) data de início e término, questiona a CAT do profissional Eng.º Rosinaldo Nunes Uchoa por sua data de registro no dia 27/10/2018, pede que a comissão de licitação proceda com diligência junto ao CREA/RO para verificar a legalidade da CAT bem como proceder junto ao órgão contratante do Hospital Regional de Guajará Mirim para verificar se houve sub empreitada dos

citados serviços. **DO PEDIDO:** requer que seja provido o seu recurso, inabilitando as empresas citadas. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu não dar provimento ao recurso impetrado pela empresa **W.C.L DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME** manter a decisão proferida na sessão de análise e julgamento do dia 20.06.2018, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. A Comissão de Licitação ao compulsar os autos constatou que a referida realmente apresenta em seu Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bela Vista o item calçamento em bloquete sextavado 6cm Alt., porém ao proferir análise da RRT 6491477 que da sustentação ao atestado não localizou o serviço referente **bloquete sextavado 6cm Alt.**, demonstrado contradição entre os documentos apresentados, neste diapasão, a comissão ratifica sua decisão em manter a recorrente inabilitada por descumprir a alínea “d” do item 16.4 do edital. Quanto a segunda recorrente a empresa **MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP** a comissão de licitação não vislumbrou em suas alegações motivos capaz de retificar a decisão anteriormente proferida, senão vejamos: a alegação de que o CRC tem data de emissão de 13/06/2018 e 14/06/2018 respectivamente e que contrariam o item 13.1 do Edital, não cabe prosperar, basta uma simples leitura ao referido item do Edital para verificar que ocorreu um mero equívoco por parte da recorrente em relação a leitura deste;

*13.1.1 - Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução de obras ou serviços rodoviários de características semelhantes ao objeto da licitação, e desde que **devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas conforme Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.***

Veja, o Edital é claro ao informar licitantes devidamente cadastrados, se já possuem cadastro não há necessidade de atender ao critério seguinte que é atender a todas as exigências até o terceiro dia anterior à data da licitação. Diógenes Gasparini: ***“Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, §2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de***

Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial) destarte, não há fato incontroverso. Em relação aos atestados de capacidade técnica e CAT apresentadas pela empresa JCM NETO CONSTRUÇÕES ERELI – ME, a recorrente não juntou aos autos documentos capaz de sustentar suas alegações, pois seu representante(sócio) como profissional registrado no órgão de classe e conhecedor do registro de CAT, poderia ter questionado junto ao CREA/RO, as possíveis irregularidades apresentadas no Atestado e CAT. A comissão consultou junto ao CREA/RO e verificou que a ART 8300080614 (2324297) consta devidamente registrada no referido conselho, que certifica o Atestado emitido pela empresa Eletrix em favor da recorrida, neste contexto se a recorrente encontrou irregularidade conforme suscitou não trouxe elementos capaz de comprovar tal fato. Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento aos recursos interpostos pelas empresas W.C.L DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME, MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP ratificando a decisão proferida na ATA do dia 20.06.2018 (2069674). Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão.

Porto Velho-RO, 16 de julho de 2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:



NORMAN VIRISSIMO DA SILVA
Presidente



ERALDA ETRA MARIA LESSA
Membro



SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO
Membro



PARECER TÉCNICO

À Comissão Permanente de Licitações em Obras - CPLO

Assunto: Análise Técnica de habilitação em Processo Licitatório para Construção da Praça no distrito de União Bandeirantes Porto Velho/RO.

Senhor Presidente,

Apresento a seguir, as considerações referentes a habilitação de Processo Licitatório, que diz respeito a **“Construção da Praça no distrito de União Bandeirantes Porto Velho/RO”**.

1- DETALHES TÉCNICOS:

O processo de nº 0009.011076/2018-18-DER/RO onde que a empresa W.C.L DE CASTRO PROJ. DE ARQUITETURA-ME apresenta recurso tempestivo, pois não concorda com a decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata proferida dia 20.06.2018 por não ter apresentado atestado de capacidade técnica de execução piso intertravado com bloco de concreto, conforme determina a alínea “d” do item 16.4 do edital.

2. DA ANÁLISE:

O objetivo da qualificação técnica é resguardar a Administração evitando expô-la ao risco de contratar uma empresa que não terá condições de executar os serviços adequadamente. Por outro lado, não se deseja que as exigências de habilitação sejam tão rigorosas como não é nesse caso, a ponto de restringir a competitividade do certame. O objetivo é buscar uma solução técnica que adequem as necessidades do objeto face a complexidade desta obra para quaisquer um dos itens 16.4 do edital, sempre com o intuito de melhor atender ao interesse público.

A empresa **W.C.L DE CASTRO PROJ. DE ARQUITETURA-ME**, afirma que no atestado de capacidade técnica apresentado consta a execução do serviço de **calçamento em bloquete sextavado 6 cm alt.** e detêm características compatíveis ao objeto ora licitado e apresentam metodologias construtivas equivalentes.

Contudo, o serviço descrito no Atestado de Capacidade Técnica ora apresentado, **(calçamento em bloquete sextavado 6 cm alt.)** diverge do serviço descrito na RRT **(Passeio em concreto desempenado, traco 1:2,5:3,5 e espessura 5cm m²)** que o acompanha e que obrigatoriamente deveria comprovar a veracidade do atestado, com

Centro Político Administrativo – Rio Madeira – Palácio Rio Madeira – Edifício Pacaás Novos, 2º Piso, sito à Avenida Farquar, s/nº bairro Pedrinhas – Porto Velho-RO



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS e LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Complexo Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos, 2º Andar Porto Velho, Rondônia

formas de execução diferente para cada serviço. Portanto a empresa deixou de apresentar a comprovação de execução do serviço de **calçamento em bloquete sextavado 6 cm alt.**, sendo apresentado por todas as demais empresas participante deste certame licitatório, tanto em seus atestados de capacidade técnica, bem como nos acervos técnicos.

➤ Item 16.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

...d) O fornecimento de 01 (um) ou mais atestado de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução anterior de obras com características semelhantes ao objeto da licitação, com ênfase nos serviços de maior impacto financeiro da planilha orçamentária, a saber, execução de piso intertravado com bloco de concreto e estruturas de concreto armado. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado;

3. PARECER FINAL:

Diante das observações feitas, constatamos que a mesma não preenche os critérios para qualificação técnica. Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento ao recurso interposto pela empresa W.C.L DE CASTRO PROJ. DE ARQUITETURA-ME.

Porto Velho/RO, 31 de julho de 2018.

Felipe Archanjo
Técnico em Licitação/Engenheiro Civil
CREA 5626 D-RO
Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 480/2018/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0009.011076/2018-18

INTERESSADO: DER/RO

ASSUNTO: ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2018/CPLO/SUPEL/RO

OBJETO: Construção da praça no Distrito de União Bandeirantes, situada no Município de Porto Velho/RO.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos interpostos tempestivamente pelas licitantes **W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME** (2178866) e **MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP** (2178897), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea 'b' da Lei Federal nº 8.666/93.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos a Tomada de Preço nº **008/2018/CPLO/SUPEL/RO**.
4. Não foram apresentados contrarrazões aos autos.

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME

6. A licitante insurge contra decisão que a inabilitou para o certame, e aponta o descumprimento de forma expressa a alínea “d” do item 16.4 do edital sob alegação de que a recorrente não apresentou atestado de capacidade técnica comprovando a execução de “piso intertravado com bloco de concreto”.
7. Alega a recorrente que apresentou em seu atestado de capacidade técnica descrição de “calçamento em bloquete sextavado 06 cm alt”, aduzindo que tal especificação é semelhante ou superior ao item exigido, sendo capaz de atender as regras editalícias.
8. Pugna a recorrente pela procedência do seu recurso, e reforma da decisão para habilitar a empresa ao certame.

IV. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP

9. A licitante insurge contra decisão que habilitou as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES LTDA** para o certame.

10. Alega que a empresa **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** apresentou CRC – Certificado de Registro Cadastral com data de emissão de 13/06/2018, contrariando o item 13.1 do edital.

11. Aduz a recorrente que a empresa **J. C. M. CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, apresentou o CRC – Certificado do Registro Cadastral com data de emissão de 14/06/2018, contrariando o item 13.1 do edital, bem como indica que faltam informações referentes à qual o tipo de obra realizada e qual início e término da obra no atestado de capacidade apresentado emitido pela Empresa Eletrix Incorporações.

12. Solicitando que seja realizada diligência sobre a Certidão de Acervo Técnica apresentada pela empresa **J. C. M. CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**.

13. Pugna a recorrente pela procedência do seu recurso, e reforma da decisão para inabilitar as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES LTDA** para o certame.

V. DECISÃO DA COMISSÃO

14. Compulsando os autos, a Comissão julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA - ME**, permanecendo a empresa inabilitada para o certame.
- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **MASTER ENGENHARIA EIRELI – EPP**, permanecendo as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES LTDA** habilitadas para o certame.

VI. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

15. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

16. Insurge a recorrente **W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME** contra decisão que a inabilitou para o certame por descumprimento ao item 16.4 do edital que se refere à apresentação de comprovação de execução de piso intertravado com bloco de concreto.

17. O edital da Tomada de Preços 008/2018 (1814645) prevê a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica referente à comprovação de qualificação técnica no item 16.4, in verbis:

16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

(...)

d) O fornecimento de 01 (um) ou mais atestado de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução anterior de obras com características semelhantes ao objeto da licitação, com ênfase nos serviços de maior impacto financeiro da planilha orçamentária, a saber, **execução de piso intertravado com bloco de concreto e estruturas de concreto armado**. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART

que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado;

18. A redação do item estipula a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quem comprove o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes com o objeto licitado. Tal exigência se coaduna com a disposição da Lei 8.666/93.

19. Percebe-se que não se exige a comprovação de objeto **IDÊNTICO**, pois tal medida restringiria a competitividade do certame, recalcitrando de forma insanável os princípios que orientam o procedimento licitatório.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

20. A recorrente apresentou sua documentação de habilitação (2069431), dentre elas consta as referentes à qualificação técnica.

21. Durante a ata de reunião de julgamento dos documentos de habilitação (2069674), restou decidido por inabilitar a empresa **W.C.L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA – ME** por não ter apresentado atestado de capacidade de execução de pisos intertravado com bloco de concreto e estruturas de concreto armado, apontando o descumprimento de forma expressa o item 16.4."d" do edital.

22. Insurgiu a recorrente em sede recursais alegando que apresentou em seu atestado de capacidade técnica a comprovação de execução de "Calçamento em bloquete sextavado 6cm alt".

23. Porém, ao verificar a veracidade das informações apresentadas, analisando em conjunto com a RRT (fl. 23/25 - 2069431), a informação de execução da atividade não consta inserida dentre as executadas na Certidão de Acervo Técnico apresentado junto com o atestado.

24. Assim sendo, não podendo ser aferido se tal atividade foi realmente executada e não podendo ser utilizado para fins da comprovação do item 16.4 do edital, uma vez que não comprovou a execução da parte de maior relevância, bem como não possa ser de fato aferido se similar ao descrito no edital, uma vez que não consta na RRT sua execução, e ser de responsabilidade da empresa a descrição e conferência da execução quando da emissão da Certidão de acervo técnico junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

25. Colaciona-se o entendimento do TCU, sobre o assunto no Acórdão 891/2018 - Plenário:

A exigência de documentos que comprovem a *qualificação técnica* e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados.

26. Logo, o TCU deixa esclarecido o posicionamento consolidado de que a exigência de documentos que comprovem a devida qualificação técnica das licitantes não se trata de faculdade, mas de dever para que se possa aferir se a empresa tem a aptidão para fornecimento dos bens ou serviços pactuados.

27. Conquanto nos abstermos a opinar pela manifestação favorável e passar a análise de compatibilidade, visto que tal informação não guarda consonância nos dois documentos apresentado, porém para fins de segurança jurídica foram devidamente enviados para

emissão de parecer técnico quanto a compatibilidade da atividade descrita como executada.

28. A equipe técnica se posicionou através de Parecer Técnico (2482472) que a execução descrita no atestado e no RRT são incompatíveis com as descritas como necessária a comprovação para fins de qualificação técnica, apresentado no edital no item 16.4.d".

29. Uma vez mais, por se tratar de competência da Equipe técnica de engenharia, não incumbe à SUPEL/RO a apreciação dos quesitos técnicos, mas tão somente a observância da obediência aos princípios que regem o procedimento licitatório. Dessa maneira, tendo por respaldo o Parecer emitido pelos componentes da Equipe Técnica, expedido de forma detalhada e fundamentada, não assiste razão à recorrente em seu pleito.

30. Portanto, considerando as informações fornecidas pelas recorrentes, bem como a constatação do setor técnico competente, não se vislumbram motivos que ensejem a reforma da decisão de inabilitação da empresa **W.C.L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA - ME** para o certame.

31. Já quanto ao recurso interposto pela empresa **MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP**, argumenta a recorrente que houve descumprimento do item 13.1 do edital pelas licitantes **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES LTDA EPP** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME** quando da apresentação de documentação de habilitação, visto que teria sido anexado seu CRC com data de emissão de 13/06/2018 e 14/06/2018, respectivamente.

32. O art. 22, §2º da Lei nº 8.666/93 apresenta o conceito da tomada de preço como a modalidade entre interessados devidamente cadastrados ou que atende as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

33. Conforme a ata (2069636) a abertura do certame foi suspensa (2068641) e reagendada para realização no dia 19/06/2018. Assim sendo, as licitantes teriam até três dias (até 16/06/2018) antes da data do recebimento das propostas para a realização de seu cadastro junto à SUPEL ou apresentar a documentação comprovando atendimento as condições exigidas para cadastramento.

34. Alega ainda a recorrente que a empresa **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME** apresentou atestado referente ao Hospital Regional de Guajará-Mirim, fornecido pela empresa Eletrix Incorporações sem esclarecer qual o tipo de obra realizado, e a data de seu início e fim, bem como apontou que a Certidão de Acervo Técnico - CAT referente ao atestado e ao profissional foram registrados no mesmo dia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Solicitando que fossem realizadas diligência referente a CAT e o atestado, se a empresa fora contratada pelo Governo do Estado de Rondônia ou como subempreitada para o serviço no atestado.

35. A recorrida apresentou Atestado de capacidade técnica (fl. 12/26 - 2069327) emitido pela empresa **ELETRIX INCORPORAÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP** (contratante) atestando a realização dos serviços descritos no documento realizados no Hospital Regional de Guajará-Mirim e Certidão de Acervo Técnico do referido atestado (fl. 34/42 - 2069327) registrados no CREA/RO.

36. O entendimento consolidado pelo TCU referente a realização de diligência, dispõe da seguinte forma no Acórdão 2730/2015 - Plenário:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993).

37. Ainda neste sentido colaciono o Acórdão 1385/2016:

Não há previsão legal, para fins de qualificação *técnica*, da apresentação de notas fiscais para comprovação dos *atestados de capacidade técnica*. Contudo, é faculdade da comissão de licitação ou do pregoeiro realizar diligências para verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante.

38. Restando assim demonstrado que deve-se verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante, e aclarar os fatos para confirmar o conteúdo dos documentos que servem de base para as decisão da Administração.

39. Em diligência realizada (2543395) constata-se que a obra (Construção do Hospital Regional de Guajará-Mirim/RO) objeto do Atestado de Capacidade Técnica fora celebrado entre o Estado de Rondônia e a empresa Eletrix Incorporação, após licitação por Concorrência Pública conforme o edital em anexo (2543395), no item 26.12, consta a possibilidade de subcontratação, in verbis:

26.12 - Executar diretamente todos os serviços contratados, ressalvada a hipótese de subcontratações parciais, devidamente autorizadas pela contratante, as quais apenas poderão ser celebradas com empresas aceitas, após apurar-lhes a Capacidade Jurídica, a Capacidade Técnica, a Idoneidade Financeira, Regularidade Fiscal e Regularidade Trabalhista.

40. Portanto, desde que devidamente autorizada pela contratante o edital permite a subcontratação parcial.

41. Consta no anexo (2543321) a autorização da empresa.

42. Quanto ao apontamento de que a Certidão de Acervo Técnico referente ao Atestado e ao Profissional ter sido registrada no mesmo dia do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica, não há impedimentos quanto ao edital de registros no mesmo dia. Tendo sido realizado diligência junto ao CREA e constatado que o mencionado documento consta registrado conforme o anexo (2324297).

43. Consequentemente, não resta opção que não a manutenção da decisão da pregoeira para manter a habilitação das recorridas para o certame, pelo atendimento das necessidades da Administração Pública na comprovação dos documentos de habilitação quando da sua convocação, tendo sido atendido a dispositivos elencados no Instrumento Convocatório, conforme se extrai dos autos.

Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar as exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.

(Acórdão 2730/2015 – Plenário).

44. Portanto, considerando as informações fornecidas pela recorrente, e a análise dos documentos acostados aos autos do processo administrativo, não se vislumbra motivos que ensejem a reforma da decisão para inabilitar as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES LTDA EPP** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME** para o certame.

VII. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela **manutenção** da decisão da Comissão julgando da seguinte forma:

a) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA - ME**, permanecendo a empresa inabilitada para o certame.

b) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP**, permanecendo habilitada as empresas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES LTDA EPP** e **J.**

C. M. NETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME para o certame.

A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 06 de agosto de 2018.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski
Matrícula 300143084

Cátia Marina Belletti de Brito
Chefe da Assessoria Técnica
Matrícula 300137922

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 06/08/2018, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 08/08/2018, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catia Marina Belletti, Chefe de Unidade**, em 08/08/2018, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2543466** e o código CRC **0649B74D**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0009.011076/2018-18

SEI nº 2543466



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DECISÃO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS - CPLO

PRESIDENTE NORMAN VIRÍSSIMO DA SILVA

PROCESSO: 0009.011076/2018-18

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2018/CPLO/SUPEL/RO

OBJETO: Construção da praça no Distrito de União Bandeirantes, situada no Município de Porto Velho/RO.

DECISÃO

Em consonância com os motivos expostos na Decisão de Recurso da Comissão (2327790) e ao parecer proferido pela Assessoria de Análise Técnica (2543466) o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento proferido pela Comissão.

DECIDO:

Conhecer e julgar:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela Recorrente **W. C. L. DE CASTRO PROJETOS DE ARQUITETURA - ME**, permanecendo a Recorrida inabilitada para o certame.
- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela Recorrente **MASTER ENGENHARIA EIRELI - EPP**, permanecendo habilitada as Recorridas **CONSTRUMAX CONSTRUÇÕES LTDA EPP** e **J. C. M. NETO CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** para o certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da CPLO.

À Comissão Permanente de Licitações de Obras para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 08 de agosto de 2018.

GENEAN PRESTES DOS SANTOS



Documento assinado eletronicamente por **Genean Prestes dos Santos, Diretora Executiva**, em 08/08/2018, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2586907** e o código CRC **B1C1FA2C**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0009.011076/2018-18

SEI nº 2586907